

## CORREIO ECONÔMICO

POR MARCELLO SIGWALT



Prefeitura de Natal

Indicador semanal acumula alta de 4,49% em 12 meses

## IPC-S acelera ritmo de alta, subindo de 0,34% para 0,41%

O Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) acelerou o ritmo de alta a 0,41% na primeira quadrissemana de junho, após elevação de 0,34% no encerramento de maio, acumulando alta de 4,49% nos últimos 12 meses e de 2,94% em 2025, segundo informou, nessa segunda-feira (9) a FGV.

Subiram cinco dos oito grupos que compõem o IPC-S na passagem do en-

cerramento de maio para a primeira quadrissemana de junho: Educação, Leitura e Recreação (-0,71% para -0,25%), Transportes (0,02% para 0,19%), Habitação (0,98% para 1,04%), Alimentação (0,29% para 0,31%) e Comunicação (-0,34% para -0,19%). Perderam força, por outro lado, Despesas Diversas (0,44% para 0,18%), Saúde e Cuidados Pessoais (0,59% para 0,51%) e Vestuário (0,56% para 0,52%).

## Debêntures

Com foco na redução do endividamento, o Grupo Casas Bahia anunciou um novo plano que contempla a conversão antecipada de R\$ 1,57 bilhão em debêntures da segunda série em ações da companhia. A operação, que ainda depende de aprovações internas e dos credores.

## Diluição

Com a conversão total das debêntures, serão emitidas 328,9 milhões de novas ações, o equivalente a 77,58% do capital social da companhia. Mesmo com a diluição do bolo de acionistas, o presidente da empresa, Renato Franklin, acredita que o plano cria valor no longo prazo.



Pexels

Sidney: "interromper a escalada do endividamento"

## Federação quer discutir redução da dívida pública

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, disse nesta segunda-feira (9), que o setor está disposto a discutir medidas para reduzir a dívida pública, porém enfatizou que a política fiscal não pode ser feita onerando o crédito. "é preciso e de sentar à mesa para poder ver propostas que

possam realmente agir e atuar numa direção de interromper a escalada do endividamento público", declarou.

Para o dirigente, "esse é o compromisso de um setor que possui estoque de crédito de R\$ 6,5 trilhões – crédito às famílias, crédito para empresas, consumo, investimento e para produção".

## Popularidade

Em seu discurso, Issac Sidney defendeu que o debate sobre as contas públicas não mire apenas objetivos para 2025 e 2026. "A nossa ambição tem que ultrapassar esse período, nós temos que avançar. Não dá para ficar apenas olhando para a popularidade de governo".

## TCCA

A Petrobras assinou, nessa segunda-feira (9), um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) com o Instituto Chico Mendes (ICMBio), no valor de R\$ 15 milhões, como compensação ambiental pelas atividades da plataforma P-56 da estatal, na bacia de Campos,

## Rumo errado

O presidente da Febraban considerou que o País está no rumo errado quando, ao invés de medidas de médio e longo prazo, debate alternativas para evitar que um imposto regulatório – no caso, o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) – seja usado para fins de arrecadação.

## Acessibilidade

Em nota, a Petrobras explicou que "os recursos visam melhorar a acessibilidade por pessoa com deficiência (PcD) ao Cristo Redentor, no Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro, além de dar mais comodidade e segurança para os visitantes do ponto turístico mais visitado do Brasil.

## No 'piloto automático', Focus diminui IPCA em 0,04 p.p.

Mercado reduz a 5,46% inflação para 2025 e 'encolhe' PIB para 2,13%

Por Marcello Sigwalt

Com fidelidade 'canina' à estratégia da banca de assegurar uma gradual e 'previsível' redução da inflação no curto prazo, o mercado financeiro 'programou' um recuo de 5,50% para 5,46% do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) projetado para este ano – uma queda inexpressiva de 0,04 ponto percentual (p.p.) – conforme consta do boletim Focus, divulgado nessa segunda-feira (9) pelo Banco Central (BC), em consulta às 100 maiores instituições financeiras nacionais. Enquanto as estimativas para 2026 e 2027 'estacionaram' em 4,5% e 4%, respectivamente, aquela para 2028 subiu de 3,81% para 3,85%.

Certo é que o correligionário petista, alçado a presidência da autoridade monetária, Gabriel Galpólo, terá de explicar ao mandatário o quinto estouro seguido da meta de inflação. Caso se confirme o prognóstico para o IPCA, em dezembro próximo, tal patamar superará, em um ponto percentual, o teto



Divulgação Honda

Forte 'resiliência' da economia desafia caráter 'monolítico' do aperto monetário pelo BC

da meta de inflação, fixada em 4,5% pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

A despeito do avanço dos indicadores da economia, a expectativa do Focus para 2025 baixou de 2,14% para 2,13%, ao passo que, para o ano que vem, esta cresceu de 1,70% para 1,80%. Já para 2026, a previsão de alta do PIB do mercado fi-

nanceiro subiu de 1,70% para 1,80%, e continuou em 2% para 2027 e 2028.

'Vilã' da resiliente atividade econômica em curso, a Selic, se depender do mercado, deve encerrar 2025 em 14,75% ao ano, em que pese a perspectiva de a autoridade monetária majorar, ainda mais, a taxa básica de juros, que deve cair para 12,50%

ano e 10,05%, para 2026 e 2027, respectivamente.

Pífia reação mostrou a projeção de superávit de 2025, de US\$ 74,8 bilhões para US\$ 75 bilhões, mas continuou em US\$ 78,5 bilhões, para 2026. Estável em US\$ 70 bilhões ficou a previsão de ingresso de Investimento Estrangeiro Direto este ano.

## Déficit primário deve superar R\$ 5 bi

Por Marcello Sigwalt

No campo fiscal, o boletim Focus previu que o déficit primário do setor público consolidado para 2025 foi mantido em 0,60% do PIB (Produto Interno Bruto), pela 24ª semana consecutiva, o que corresponde a um pouco mais do que R\$ 5,12 bilhões, ante a uma meta fiscal de déficit zero nas contas do governo central, com tolerância de 0,25 ponto porcen-

tual do PIB, para mais ou para menos.

Para 2026, a expectativa do mercado apresentou oscilação mínima, de 0,66% para 0,67% do PIB, após se manter estável por três semanas, mediante um alvo de superávit de 0,25% do PIB para o governo central, também com tolerância de 0,25 ponto para mais ou para menos.

Já o déficit nominal para 2025 exibiu expansão de 8,89%

para 8,98% do PIB. Há um mês, este era de 9,0%. Pela terceira semana seguida, o rombo nominal de 2026 ficou em 8,50% do PIB, enquanto, há um mês, este era de 8,51%.

O resultado primário reflete o saldo entre receitas e despesas do governo, antes do pagamento dos juros da dívida pública. O resultado nominal reflete o saldo após o gasto com juros e outras despesas financeiras.

No caso da dívida líquida do setor público (DLSP), como proporção do PIB, em 2025, a previsão foi mantida em 65,80%, ao passo que a estimativa para 2026 'deslizou' de 70,13% para 70,10%. Há quatro semanas atrás, esta era de 70,15%.

Já o déficit de transações correntes para este ano permaneceu em US\$ 56 bilhões, pela 4ª semana consecutiva, e em US\$ 52,47 bilhões para 2026.

## Sobe proporção de famílias endividadadas

Roberto Parizotti - CUT

Por Marcello Sigwalt

A reboque de juros 'nas alturas', ineficientes para 'domar o dragão inflacionário', os brasileiros estão cada vez mais endividados. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) – divulgada, nessa segunda-feira (9), pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), ao apontar que a proporção de famílias inadimplentes sofreu elevação de 77,6%, em abril, para 78,2%, em maio, configurando a segunda alta seguida do indicador. Apesar de representar recuo de 0,6 ponto percentual, tal patamar se aproxima muito do registrado em igual mês do ano passado, quando chegou a 78,8%.

Em sua formulação, o estudo leva em conta itens, como dívidas as contas a vencer nas modalidades cartão de crédito,



Juros altos e inflação crescente acirraram avanço de dívidas

cheque especial, carne de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestações de carro e casa.

Outra conclusão da pesquisa é que a parcela de consumidores com contas em atraso avançou de 29,1% em abril para 29,5% em maio, o que cor-

responde ao maior nível, desde outubro de 2023. Já em maio de 2024, as famílias inadimplentes respondiam por 28,6%.

Em nota oficial, o presidente da CNC, José Roberto Tadros, acentuou que "apesar de o porcentual de endividados ter ficado abaixo do registrado

em 2024, o avanço na inadimplência evidencia um aumento da fragilidade financeira das famílias. O crédito precisa ser acessado com responsabilidade. Garantir o equilíbrio entre endividamento e capacidade de pagamento será fundamental para o crescimento do País".

Ao mesmo tempo, a faixa de consumidores sem condições de pagar dívidas vencidas teve ligeira expansão, ao passar de 12,4% a 12,5%, no citado comparativo mensal. Essa parcela era de 12,0% em maio de 2024.

Em paralelo, a CNC admite que houve redução do tempo das dívidas, com destaque para o recuo, pelo quinto mês seguido, para 32,8%, da proporção de famílias com compromissos superiores a um ano. Por sua vez, o crescimento das faixas de curto e médio prazos "aponta maior adesão a formas de crédito com vencimentos mais próximos".

## Sanha tributária agora 'ataca' criptos

O governo deve propor a taxação de Imposto de Renda (IR) em 17,5% para investimentos em criptoativos como parte do pacote fiscal para substituir o aumento do Imposto de Operações Financeiras (IOF).

A alíquota proposta é a mesma que o governo quer estabelecer para todos os investimentos financeiros, mas a tributação e a forma de apuração serão segregadas.

O tema foi discutido nes-

te domingo entre a equipe econômica de lideranças do Congresso.

Atualmente, a taxação de IR sobre aplicações financeiras é regressiva, a depender do tempo que o contribuinte mantém o investimento, vai de 22% em até seis meses a 15% após dois anos.

A taxa de 17,5% é o percentual médio pago hoje. Além dos criptoativos, a proposta é a alíquota fixa incidir sobre

todas as operações, incluindo day trade, com exceção de títulos incentivados.

Outra mudança nessa parte de investimentos é a cobrança de 5% de IR de aplicações hoje isentas, como LCI, LCA, CRI e CRA. Todo o estoque já emitido e que venha a ser emitido até 31 de dezembro será preservado.

A justificativa do governo é que hoje há uma série de títulos isentos, que na visão do

governo distorcem mercado. Dessa forma, juros de outras aplicações sobem para compensar os isentos.

O Ministério da Fazenda também propôs dar a possibilidade de compensação de ganhos e perdas em todas as operações do mercado financeiro e não só em renda variável, como é hoje. Isso será feito na Declaração de Ajuste Anual do IR e não valerá apenas para as fontes incentivadas.